

PORTARIA Nº 166 DE 03 DE MAIO DE 1994 - (REVOGADA)

(Publicada no Diário Oficial de 04/05/1994)

Revogada pela Portaria nº 443/94.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o exposto no inciso II, § 18, art. 397 do RICMS/88 aprovado pelo Decreto nº 2.460, de 07 de junho de 1989, em consonância com o art. 2º da Portaria 17, de 04 de janeiro de 1990, e os Convênios 47 e 82/93, e em face do que consta no processo de nº 687.557/93,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Terminal Ponto de Venda - PDV, marca IBM, tipo 4679, modelo 3A e 3F, com MEMÓRIA FISCAL, a serem utilizados por contribuintes do ICMS, desde que respeitadas as seguintes condições:

I - os módulos 3A e 3F devem possuir microprocessadores independentes da Unidade Central de Processamento do computador, controlando o “software” básico residente em memória EPROM, os dados acumulados em memória volátil protegida com bateria (CMOS) e as estações de impressões;

II - na estação de emissão de notas fiscais, cheques e cartas, quando da emissão de cheque, se o preenchimento ultrapassar de cinco (5) linhas será comandado, pelo “software” básico, o cancelamento da emissão. Na emissão de cartas, a cada dez (10) linhas de preenchimento deverá ser comandado pelo “software” básico a impressão da expressão “NÃO FISCAL”, no documento;

III - o símbolo característico do fabricante, que indica a acumulação de valores no Totalizador Geral, será “ $\frac{1}{2\pi}$ ” e o símbolo “ / ”, indica a acumulação nos totalizadores parciais respectivos;

IV - a lacração será efetuada nos módulos impressores com um lacre colocado na parte inferior (em baixo) em parafuso especial, perfurado de forma a unir as carcaças superior e inferior, onde se encontra a memória fiscal e placa controladora, impedindo o acesso ao seu interior sem que fique evidenciado;

V - qualquer alteração na versão de programação da versão do “software” básico ou de “hardware” do equipamento ora homologado, deverá ser previamente submetida à apreciação do subgrupo responsável por sua aprovação, nos termos do Convênio ICMS nº 47/93, de 30 de abril de 1993.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.